



CARTA nº 01/2024 - Comando Local de Greve do Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais/Universidade Federal da Grande Dourados (CLG-SINTEF-UFGD)

Dourados, 07 de junho de 2024.

De: Comando Local de Greve SINTEF-UFGD

Universidade Federal da Grande Dourados

Para: Luiz Inácio Lula da Silva

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil

Via: Jones Dari Goettert

Magnífico Reitor da Universidade Federal da Grande Dourados

Assunto: Carta ao Senhor Presidente Lula: receba nossos e nossas representantes legitimamente constituídos pela FASUBRA.

O Comando Local de Greve do SINTEF- UFGD via a representação do Magnífico Reitor desta instituição e membro local da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições

Federais de Ensino Superior (ANDIFES), busca o apoio e comprometimento na viabilização de negociação às propostas apresentadas pela base dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE), através dos Comandos Locais e Nacional de Greve, instituídos nas bases da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA).

Esta carta circunda os 90 dias de greve dos Técnicos Administrativos em Educação nas instituições federais nas pautas de uma campanha salarial que está cingida na recomposição do orçamento da educação e na reestruturação do PCCTAE, a qual, contorna justificadas equiparações no serviço público federal.

Ressaltamos que no dia 11 de março de 2024, a categoria dos Técnicos Administrativos em Educação iniciou a deflagração de greve por todo o Brasil, sinalizando sua insatisfação com a ausência de empenho por parte da equipe do Governo, em debruçar-se com seriedade às pautas urgentes demandadas por uma categoria responsável e importante nos processos da viabilidade da educação pública no país.

Enfatizamos que a postura nada produtora da equipe do governo, diante da pauta orçamentária das servidoras e dos servidores da educação (representados pela FASUBRA, ANDES e SINASEFE) contrasta com a valorização concedida a outros setores do funcionalismo público.

Invocamos nas recordações recentes de luta pela democracia do país, que as servidoras e os servidores públicos federais da educação e da saúde atuaram fortemente na linha de frente e na base de sustentação da candidatura do Senhor Presidente Lula para a derrota da candidatura da extrema direita e o fracasso da sua campanha fascista neoliberal. Contudo, também lembramos e sinalizamos que esta mesma extrema direita e todo campo configurado liberal, iniciou uma vez mais, ofensivas contra o ensino público, impondo com a avidez capitalista, diversas iniciativas de privatização deste setor.

Tendo em vista os recentes desdobramentos, é avaliado na base e questiona-se, se o Governo deixará caminho aberto à mercadorização deste direito social ou retomará sua rota frente ao fortalecimento das estruturas e da valorização dos profissionais da educação na luta contra o *modus operandi* neoliberal que tem conduzido as tomadas de decisões envolvidas no orçamento da educação pública.

Observamos que nas rodadas de negociações com a categoria TAE, a atuação da equipe do Governo tem demonstrado constantemente que a Educação Superior não está entre as suas prioridades, menos ainda as servidoras e os servidores públicos federais das Universidades e dos Institutos Federais de Ensino. Apresentando assim, evidentes contradições aos discursos do próprio Senhor Presidente, que tem declarado: “é com a Educação que a gente vai ser um país de primeiro mundo”!

Comprendemos não ser factível o argumento de que não existe espaço no orçamento para as pautas reivindicadas pela categoria nesta greve, especialmente quanto à recomposição salarial e a reestruturação da carreira. A categoria dos servidores e das servidoras TAE recebem o menor piso do funcionalismo público federal e não podem sofrer a penalização imposta pelo “reajuste zero” para o ano de 2024, a qual o MGI vem insistindo nas sucessivas mesas de negociação e que significa, na prática, um confisco salarial frente às perdas causadas pela inflação dos últimos períodos. Outrossim, urgimos ao Governo Federal que reveja a política austeríssima do “Novo Arcabouço Fiscal”, a qual vem inclusive ameaçando os pisos constitucionais da educação e da saúde, conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira.

O Senhor Presidente Lula foi eleito tendo entre suas principais pautas de campanha a promessa do restabelecimento do diálogo democrático e a valorização da educação, o que torna inadmissível algumas contraditórias falas, como a do Secretário de Relações de Trabalho José Lopez Feijó, de que o Governo não estaria disposto a continuar as negociações. Por outro lado, tais promessas de campanha aliaram aos compromissos da categoria que atua na concretização diária da educação pública e de qualidade. Sendo assim, trazem também, o comprometimento quanto à responsabilidade de atendimento, por parte do Governo, às demandas da categoria na valorização dos profissionais.

Solicitamos à Vossa Magnificência que possa reiterar o compromisso público de apoio irrestrito à nossa greve, conforme nota publicada no Portal UFGD no dia 19 de março de 2024 e peça ao Senhor Presidente Lula que ele assuma as negociações com a categoria Técnico-Administrativa em Educação e receba nossos e nossas representantes legitimamente constituídos pela FASUBRA, demonstrando a devida prioridade dada pela educação em seu Governo.

Por fim, destacamos que nossas demandas são importantes para o conjunto da sociedade brasileira, pois lidam com a efetivação dos direitos sociais fundamentais assegurados na

Constituição da República Federativa do Brasil, ao contrário de setores como o mercado financeiro e o agronegócio, que pouco ou nada contribuem para a imensa maioria do povo brasileiro. Estes últimos possuem um peso desproporcional no orçamento público federal em detrimento da classe trabalhadora. Valorizar os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação Pública Superior é valorizar as Universidades.

Certos do seu olhar atento aos trabalhadores e trabalhadoras da Educação!

Respeitosamente,

Comando de Greve do SINTEF-UFGD.